

DESAFIOS NA INCLUSÃO DE SABERES E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS NO PLANO DE MANEJO DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU

Marcelo do Vale Oliveira¹

RESUMO

O objetivo geral é de compreender os desafios da inclusão dos saberes e práticas socioambientais locais na coprodução do Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperacu. A questão central é quais os desafios da inclusão das práticas socioambientais locais na coprodução do Plano de Manejo da Resex marinha Caeté-Taperacu? A partir de uma abordagem da Sociologia da Ação Pública (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012; TEISSERENC e TEISSERENC, 2014) vinculamos uma nova perspectiva de olhar interdisciplinar sobre as políticas públicas, na qual o Estado tem sua centralidade contestada, com maior participação de diferentes atores nas discussões com implementações e gerenciamentos, a partir de novas dinâmicas e mobilizações locais. A base de dados analisados foi constituída a partir de informações documentais e entrevistas de vinte pessoas envolvidas na coprodução. E o resultado principal evidencia que em um processo tão rico em aprendizados e em conquistas socioambientais ainda não se conseguiu romper com a hegemonia de interesses outros vinculados à uma racionalidade que não ambiental e nem das populações locais. Mas não se pode deixar de reconhecer a capacidade de resistir, de inventar, de aprender, de segmentos sociais como as populações tradicionais, em parceria com outros segmentos de atores (Instituições de ensino e pesquisa, organismos do Estado), vem conseguindo se impor, enfrentar forças políticas e econômicas que as negam, via adoção das referências da conservação ambiental.

Palavras-chave: Ação Pública. Plano de Manejo. Resex. Saberes e práticas socioambientais.

CHALLENGES IN THE INCLUSION OF LOCAL SOCIAL AND ENVIRONMENTAL KNOWLEDGE AND PRACTICES IN THE MARINHA CAETÉ-TAPERACU EXTRACTIVE RESERVE MANAGEMENT PLAN

ABSTRACT

The general objective is to understand the challenges of including local social and environmental knowledge and practices in the co-production of the Resex Caeté-Taperacu Management Plan. The central question is what are the challenges of including local socioenvironmental practices in the co-production of the Management Plan for the Caeté-Taperacu marine resex? From an approach of the Sociology of Public Action (LASCOUMES and LE GALÈS, 2012; TEISSERENC and TEISSERENC, 2014) we link a new perspective of interdisciplinary view on public policies, in which the State has its centrality contested, with greater participation of different actors in discussions with implementations and management, based on new dynamics and local mobilizations. The analyzed database was constituted from documentary information and interviews of twenty people involved in the co-production. And the main result shows that in a process so rich in learning and socioenvironmental achievements, it has not yet been possible to break with the hegemony of other interests linked to a rationality that is neither environmental nor local populations. However, the capacity to resist, to invent, to learn, from social segments such as traditional populations, in partnership with other segments of actors (teaching and research institutions, State bodies), has been able to impose itself, face political and economic forces that deny them, through the adoption of environmental conservation references.

Keywords: Public Action. Management Plan. Resex. Socio-environmental knowledge and practices.

Data de submissão: 05. 10. 2020

Data de aprovação: 23. 12. 2020

¹ Doutor em Sociologia (PPGSA/UFPA). Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Pará. E-mail: marcelomvo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

As populações tradicionais locais que tem seu modo de vida diretamente vinculado com o território da Resex Caeté-Taperaçu reproduzem atividades que se ligam à pesca, mais especificamente à artesanal². Seus saberes são construídos enquanto identidade e cultura desses grupos sociais. O saber tradicional é a fonte das cosmovisões construídas por esses grupos pela relação empírica com a natureza e com a sociedade, seus modos de vida, formas de organização social e para a prática dessas atividades extrativistas e sentidos para as relações sociais estabelecidas entre si e com os outros. Também esses saberes tradicionais locais influem nas tecnologias e técnicas construídas e utilizadas nas atividades extrativistas que é o seu foco (OLIVEIRA, 2018).

E há, nas quatro últimas décadas do século XX, aspectos que proporcionaram maior pressão sobre o ecossistema de manguezal localizado na costa paraense, que abrange a citada Resex. Essa pressão se dá relacionada à integração regional ocorrida com Belém, com o advento da política desenvolvimentista dos governos militares brasileiros, via construção de malha rodoviária, facilitando os deslocamentos populacionais e de produtos entre as regiões e à construção de uma Rodovia estadual, a PA-458, que liga a sede do município de Bragança à praia de Ajuruteua, tendo 36 km de extensão e cortando o manguezal localizado na península bragantina. Também o fato da valorização dos produtos oriundos do manguezal pelo mercado, acarreta no aumento da demanda, o que repercutiu na mobilidade de populações de pescadores, principalmente vindas da região nordeste do Brasil, inserindo modelos diferentes de pesca, tendencialmente caracterizados pela larga escala.

Concatenado com essas mudanças vivenciadas, Silva Junior (2013) destaca a ocorrência de crescimento do setor pesqueiro e a tendência ao uso de lógicas mais vinculadas ao capitalismo a partir da década de 90 do século XX com a intensificação da chegada de imigrantes da região nordeste brasileira, principalmente, do Estado do Ceará. Para o autor, há expansão da atividade pesqueira marítima, com a implantação de fábricas de beneficiamento de pescado, e que repercute nas imigrações também à nível regional, se destacando a chegada de pescadores de outros municípios próximos à Bragança e do nordeste brasileiro.

Assim, há um contexto social, político e econômico local dinâmico e de transformações constantes acerca das atividades extrativistas e do território costeiro de Bragança. Esse movimento dinâmico em direção ao aumento da escala produtiva e do consumo dos produtos provenientes desse ecossistema específico produz pressões em territórios historicamente vinculados ao modo de vida e reprodução de populações tradicionais locais, o que desencadeia nas discussões em torno da conservação e do uso desses recursos naturais, na forma de Unidades de Conservação.

Dessa forma, criou-se consentimentos, principalmente por representantes do Estado, acerca do modelo de Reserva Extrativista (RESEX) para garantir os territórios e a reprodução de um modo de vida específico, o das populações tradicionais. Esse formato de Unidade de Conservação (UC), segundo Diegues (2005), é pautado no uso sustentável dos recursos por populações que habitam e se relacionam com esses ecossistemas há séculos e décadas. A criação de uma Unidade de Conservação nesses moldes atende a demandas históricas da região

²De acordo com a lei Federal da Pesca, nº 11.959/09, a pesca se constitui “como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009, p. 76). O conceito de pesca artesanal aqui utilizado é de Diegues (2005) e refere-se a pescadores que se concentram nas regiões litorâneas, rios e lagos, possuindo um modo de vida baseado na pesca, mas exercendo atividades complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Especificamente, no nordeste paraense, destacam-se a coleta de mexilhão, turu, cipós, plantas medicinais, lenha, madeira para carvão, entre outros (FURTADO *et al.*, 2006) como atividades complementares entre os pescadores artesanais.

bragantina, principalmente dessas comunidades (MANESCHY, 2005). E nesse sentido, em um primeiro olhar, a implementação dessa UC traz, além dos atores já citados, a visibilidade de múltiplos interesses e perspectivas entre diferentes grupos sociais (públicos e privados) desse contexto nos objetivos da RESEX, na relação entre humanidade e natureza e na representação dos atores dentro do Conselho Deliberativo (CD).

Assim, a coprodução do Plano de Manejo (PM)³ tem um caráter centrado nas multiplicidades de atores, interesses, perspectivas e, nessa arena de disputas, acordos e conflitos, os saberes e práticas socioambientais das comunidades tradicionais locais estão colocados. De todas as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no bojo de todos esses processos, nossa intenção é compreender os desafios da inclusão dos saberes e práticas socioambientais locais⁴ no Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu, ressaltando as relações instituídas entre os atores envolvidos, seus saberes e práticas, interesses, conflitos e acordos. Dessa forma, nosso interesse é em compreender os desafios da inclusão dos saberes e práticas socioambientais em um instrumento de gestão desse território que é o Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu.

Dentro da abrangência do município situa-se essa Resex, cujo diploma legal de criação é o decreto s/nº de 20/05/2005. Seu território abrange uma área de 42.489,17 hectares, sendo 24 mil de manguezais (DOMINGUES, 2008). De acordo com o Diário Oficial da União nº 197 de 13.10.2011 no termo de concessão celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Associação dos Usuários e Moradores da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (Assuremacata) foi cedido o direito do uso gratuito e resolúvel da área que abrange a Resex para à Associação, com vigência de 50 anos, via o Contrato de Concessão de Direito Real e de Uso (CCDRU) nº10/2011, assinado em 28.09.2011.

Assim, na construção da metodologia utilizada, a principal referência da abordagem que aqui se operou foi a Sociologia da Ação Pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; TEISSERENC; TEISSERENC, 2014), compreendida enquanto perspectiva para a contribuição de transformações sociais, resolução dos conflitos e interação entre diferentes grupos com diversos interesses na gestão das políticas públicas. Nesse sentido, se inclui a repartição dos recursos; criação ou compensação das igualdades e de determinada ordem social e política; e a regulação de suas tensões e resolução dos conflitos, com o objetivo comum de sanar determinada situação vista como um problema. Um dos aspectos centrais da Ação Pública local trata-se da interação entre autoridades públicas e atores sociais, mais ou menos organizados. O conceito está coadunado com a perspectiva de análise “Bottom Up”, pois o foco analítico são as relações entre diferentes atores, seus interesses, suas concordâncias e discordâncias, a formação de grupos, as regras do jogo, os conflitos ocorridos, suas mediações e as resoluções ou não, no caso, entre os atores coletivos e individuais envolvidos no processo de coprodução do PM da Resex Caeté-Taperaçu.

O procedimento é qualitativo, baseado em Minayo (2004), para a coleta dos dados primários. As etapas da pesquisa foram: o levantamento e análise das referências pertinentes; a pesquisa documental; a pesquisa de campo, subdividida em observação direta e entrevistas semiestruturadas; e a análise de dados.

Os interlocutores são atores que participam/participaram do CD da Resex. A partir da divisão entre atores com perfil mais técnico e científico e de atores com saberes classificados teoricamente como tradicionais. Assim, foram entrevistados vinte atores no período de 11.2014 a 06.2016, sendo dez com perfil mais técnico e dez vinculados às comunidades tradicionais.

³Plano de Manejo, segundo SNUC (2000), é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais.

⁴Partimos da afirmação da inclusão desses saberes e práticas socioambientais na coprodução do PM da RESEX Caeté-Taperaçu por ser um resultado “marginal” da tese do autor.

Por fim, o artigo se divide em três seções: 1) Resex Caeté-Taperaçu, sua estrutura e alguns desafios dessa institucionalidade, 2) Conselho Deliberativo e a relação entre atores e 3) Desafios da inclusão dos saberes e práticas socioambientais no Plano de Manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu; além das considerações finais e referências.

1 RESEX CAETÉ-TAPERAÇU, SUA ESTRUTURA E ALGUNS DESAFIOS DESSA INSTITUCIONALIDADE

Dentro do modelo de Unidade de Conservação existem diferentes formas de uso e controle de dado território, um desses formatos é a Reserva Extrativista. O Estado a conceitua em seu artigo 18 enquanto:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (SNUC, 2000, p. 10).

A Resex Caeté-Taperaçu foi criada em 2005 e nesse início foi instituída a sua Associação de Usuários (Assuremacata), ainda como única instituição com sede nesse contexto. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) era o órgão vinculado à União que acompanhava a implementação da Unidade de Conservação. Nesse início ainda não havia a atual estrutura baseada no ICMBio, que será instalada em 2007.

Esse início será importante para a construção das duas principais perspectivas exprimidas pelos interlocutores sobre o que é a Resex Marinha Caeté-Taperaçu: uma vinculada ao seu objetivo institucional e outra vinculada às políticas públicas instituídas com a criação da Reserva Extrativista. Não necessariamente essas duas maneiras de ver a Resex tem um caráter dicotômico, de contraposição entre ambas.

A primeira baseia-se no arcabouço jurídico-legal de uma Reserva Extrativista, tendencialmente, encontra-se nos discursos produzidos por atores representantes de instituições públicas. A Reserva Extrativista implementada no município de Bragança, pelo menos enquanto ideia e intenção, é formatada a partir da perspectiva contida na legislação e regulamentos que embasam esse formato de UC.

Nessa perspectiva, os atores ressaltam a Resex Caeté-Taperaçu enquanto garantia para conservação dos ecossistemas (territórios), como valor construído historicamente no contexto brasileiro e que está colocado na legislação que normatiza as Unidades. Há a tendência de ser um discurso mais dos atores das instituições públicas, mas que se apresenta entre alguns associados e atores das populações tradicionais locais, pois há legitimidade social enquanto perspectiva que se propõe a continuação de um modo de vida e de reprodução social bem característico das comunidades dentro e no entorno do território dessa Unidade; ou que pelo menos se busca aproximar.

Dentro dessa perspectiva jurídico-legal, há dificuldades na gestão desse território e na inclusão dos saberes e práticas socioambientais, por mais paradoxal que possa parecer. E essa questão é explicada por uma legislação descontextualizada das práticas históricas locais⁵.

Acerca da segunda perspectiva principal, ela se vincula à Associação dos Usuários e Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (Assuremacata). Aqui a RESEX é confundida com a Associação, assim como as políticas públicas em implementação. A partir da criação da Unidade, ocorrem debates dentro e entre as comunidades e suas lideranças no sentido de viabilizar a eleição da primeira presidência e equipe para o gerenciamento da

⁵Essa discussão será realizada com mais elementos na segunda seção.

Assuremacata. De acordo com Ata da assembleia, a criação da Assuremacata ocorre em 08/08/2005. Nesse ato os delegados e delegadas da Assuremacata já estavam eleitos e participaram representando as comunidades abrangidas pela Resex. Há presença de representantes de outras Unidades vizinhas, como Curuçá e Viseu. E representantes de diversas instituições vinculadas à União (CNPT-Ibama, UFBA, UFPA) e ao município de Bragança (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Bragança, Secretária de Economia e Pesca de Bragança).

Depois da criação da Unidade e instituição da Associação dos Usuários constrói-se a perspectiva participativa e de gerenciamento do território da Resex via Assuremacata. Seu primeiro presidente afirma que nas reuniões preparatórias para a implementação da Unidade ficou compreendido entre os atores representantes das populações locais que a gestão desse território ficaria a cargo deles, através de sua Associação. Ou seja, a partir de uma referência de centralidade do Estado que essas populações sempre observaram em suas (pontuais) relações com esse ente, constrói-se o discurso e imaginário de centralidade da Assuremacata no gerenciamento do território e das políticas sociais a serem implementadas na Unidade, emulando as práticas outrora percebidas no fazer do Estado.

A instalação do ICMBio em Bragança e o cumprimento de seu papel institucional é visto por alguns atores entrevistados vinculados à Assuremacata como uma intromissão de uma instituição em relação ao papel da outra e não enquanto um modelo de compartilhamento das decisões gerenciais acerca da Unidade e suas políticas públicas. Quando esse compartilhamento no gerenciamento da Resex é internalizado pelos atores, principalmente pelas perspectivas das populações tradicionais locais, alguns tendem a representá-lo enquanto uma relação de poder entre as instituições postas, simplificando a sua complexidade e suas possibilidades em torno do Território. Assim, há um sentimento de frustração entre os integrantes da primeira gestão da Associação, com o evidenciamento de uma incompreensão em torno dessa “intromissão”. Não é evidente se há ou não equívoco de interpretação de quadro legal estabelecido à época por parte da Associação; o fato é que a partir de então é construído e aceito coletivamente um entendimento da Associação como única gestora, ou pelo menos algumas lideranças tentam impor e reproduzir essa condição às comunidades tradicionais locais, isso principalmente no momento em que o ICMBio ainda não está instalado em Bragança.

A distribuição de benefícios sociais, que no contexto local aparece como a primeira grande ação percebida no conjunto de programas governamentais que acompanham a institucionalização da Reserva, é realizada via Assuremacata. Os bens duráveis concedidos às famílias contempladas eram eletrodomésticos, principalmente geladeira e fogão, como parte de um programa de fomento para os moradores. Nesse bojo, havia também uma política de regularização fundiária objetivando normatizar o uso das áreas ocupadas durante décadas pelas comunidades residentes, algumas com mais de 30 anos de existência, como o caso da Pontinha do Bacuriteua, onde famílias não possuíam direito legal sobre suas áreas e viviam em condições difíceis do ponto de vista material. Há também inclusão dessas populações locais em políticas de assistência social e de combate à fome, como o Bolsa Família e Bolsa Verde. A distribuição dos benefícios é ponto de conflito entre grupos internos da Associação e com algumas instituições públicas, como o ICMBio e um dos desafios para o funcionamento esperado da Associação e da Reserva.

A lógica da distribuição dos benefícios, a partir da perspectiva do Estado, relaciona-se com as ações de conservação, sustentabilidade e conservação dos recursos naturais da Reserva, através da garantia do direito à habitação e dos subsídios, com o sentido de prover qualidade de vida para essas populações, em um sentido moderno do termo. Os beneficiários precisavam estar identificados como famílias da reforma agrária, que é uma política do governo federal. Há uma relação do INCRA com os beneficiários da Resex, sendo que não necessariamente todo usuário é um beneficiário, mas todo o beneficiário tem que ser obrigatoriamente usuário.

Existem diversos critérios técnicos usados para a escolha dos beneficiários. O INCRA, uma das instituições públicas participantes desse conjunto de ações, tem como função institucional nesses processos de garantir o acesso à questão da terra no Brasil e seus benefícios, atuando com grupos de sem-terras, quilombolas e outros.

Um dos desafios locais que se impõe, a partir da implementação dessas políticas públicas, é estabelecer entre a Assuremacata e as populações tradicionais locais uma relação pública, baseada em direitos e deveres, acerca dos benefícios e dos objetivos da Associação. Historicamente em Bragança as populações locais, vinculadas às atividades extrativistas, baseiam suas ações em relações de compadrio e parentesco, constituindo em alguns casos enquanto sistema de dominação, como explicitado por Oliveira (2013) e Oliveira & Maneschy (2014).

Essa necessidade de estabelecimento de uma relação pública torna-se evidente pelo uso de recursos públicos envolvidos na distribuição dos benefícios e das políticas públicas, pelas quais a Associação é a responsável. O critério do compadrio e do parentesco desvirtua o caráter público e justiça na aplicação dos recursos. Essa questão também pode ser relacionada historicamente na relação entre essas comunidades e o Estado. A centralidade do Estado na implementação das políticas públicas em Bragança e a exclusão de grande parte dessas populações desses direitos é primordial para compreender as perspectivas e discursos construídos em torno dos benefícios, não como direitos, mas sim como “ajuda”. Ressalta-se, de que esses benefícios distribuídos possam ter sido a primeira relação dessas comunidades com o Estado. Portanto, essa instituição se faz presente de uma forma nunca antes vista entre essas comunidades. Porém, juntamente com esses benefícios, constroem-se as lógicas de “favor”, não de direito, não de promoção da cidadania, não de direitos constitucionais, criando uma relação de favorecimento, de dívida, de relação patrimonialista, de dominação e não de políticas públicas, numa acepção ideal. É algo “dado”. Dessa forma, se constrói o imaginário das relações locais em uma política nacional.

Há distorções criadas entre os objetivos dos benefícios e os discursos produzidos e reproduzidos pelas populações tradicionais locais, vinculando os benefícios a grupos políticos e políticos específicos, principalmente. Os objetivos preceituados nos benefícios não são reproduzidos entre as populações locais, não atingindo suas finalidades, em virtude de interesses políticos, econômicos e sociais privados de grupos e indivíduos inseridos na implementação dessas políticas e sem um debate democrático e participativo. Nesse sentido, conflitos internos entre as comunidades abrangidas por essas políticas públicas se evidenciam a partir de (des)informações baseadas em interesses privados de grupos dentro da Associação e da atuação do poder local⁶ dentro e entre esses grupos. Ressalta-se que algumas comunidades historicamente já possuíam rivalidades vinculadas às atividades extrativistas de pesca e coleta de Caranguejo. A partir da distribuição dos benefícios ocorre o acirramento entre algumas comunidades e novos conflitos entre outras, colaborando para um processo de individualização nessa distribuição.

As lideranças buscam se fortalecer internamente e entre as populações tradicionais locais, e algumas estratégias utilizadas buscam desinformar os extrativistas acerca dos potenciais beneficiários e comunidades e de quem não preenche os critérios para ser contemplado por essa política pública. Também foi indicado que há disputas internas entre indivíduos dentro de uma mesma comunidade e que a forma como se procedeu essa distribuição afastou da Associação os beneficiários que garantiram o acesso às casas, que delimitaram na conquista desse bem sua relação com a Assuremacata. Uma das lideranças comunitárias e

⁶Teisserenc (2016) coloca que o Poder local na Amazônia trata-se de um poder com origens no sistema de dominação do “período colonial” baseado no aviamento realizado no contexto do “Ciclo da Borracha”. Tal sistema de poder local se concretiza nos comportamentos individuais de dependência por parte dos cidadãos locais, e que se reproduzem em todos os domínios da sua vida cotidiana e através das estratégias de ação.

usuário afirma que “a Resex veio pra fazer a diferença. Os sócios [da Assuremacata] não estão dando valor pra ela, principalmente os que foram beneficiados por ela, deixaram de comparecer aqui, deixaram de pagar sua mensalidade”.

Assim, os desafios que se apresentam são: de desconstruir e construir discursos acerca do benefícios enquanto política pública, com direitos e deveres das populações tradicionais locais; de quem tem direito e dos limites da política; da probidade e lisura no gerenciamento desses recursos pela Associação; de buscar o afastamento de relações patrimonialistas e de compadrio no acesso a esses recursos; de cumprimento dos critérios⁷, a serem utilizados e de consensos nas práticas dentro da Associação (OLIVEIRA, 2018).

Nesse contexto de políticas públicas implementadas, principalmente nos dez primeiros anos de criação da Resex, os atores entrevistados, tanto técnicos quanto “usuários/associados”, acerca da Assuremacata e seus problemas, levantam questões relacionadas com disputas de poder interno na associação que perpassam pelos principais conflitos e desafios aqui analisados. Existem dois principais grupos interessados em gerenciar a Associação e com indivíduos vinculados e apoiados por Partidos Políticos, sendo um microcosmo da disputa local, isso durante a época de coprodução do PM, pois são os partidos que disputaram a eleição municipal de 2012, com a existência de pressões externas no gerenciamento dos benefícios e fomentos.

Em virtude dessa disputa, há uma perspectiva entre os entrevistados de que a maioria das populações tradicionais locais desconhece a Unidade, seus limites territoriais, seus objetivos e sua natureza institucional. Esses entrevistados relacionam à Resex em Bragança à distribuição de benefícios materiais. Portanto, um dos desdobramentos da distribuição desses benefícios é a produção e reprodução de discursos, seja por interesses de gerenciamento e de quem se beneficia da política, que confundem a instituição/instrumento Reserva Extrativista e a instituição Associação dos usuários. Uma das possibilidades de explicação desse fenômeno são os interesses e pressões externas de agentes do poder local de Bragança, sejam Partidos Políticos e empresas, coadunados com interesses dos gerenciadores da Associação.

O interesse do poder local se vinculou ao montante de dinheiro disponibilizado para a Unidade e os objetivos para a aplicação desses recursos. Houve disputas entre empresários exteriores ao município e os locais. Essa escolha era feita via licitação e grande parte das escolhas iniciais eram empresas de fora, com maior experiência, expertise e preparo para esses processos. A partir de lobby dos grupos de empresários locais em relação à Associação e de interesses internos de membros da Associação, em acordos informais de apoio à algumas lideranças para a disputa de cargos eletivos, abriu-se a possibilidade de outros processos licitatórios para a construção de casas e venda de materiais como geladeira, fogão e redes de pesca. Empresas locais sem experiência nesses processos realizaram sua legalização para a concorrência nesses processos.

Assim, culmina-se na eleição de 2013 para a Associação, quando houve discursos produzidos principalmente em torno de sua legitimidade e de não existir chapa vencedora; assim, a eleição estaria “sub judice”. Contudo, nas entrevistas realizadas, outros atores reafirmam a legitimidade do atual presidente, inclusive com documentos judiciais comprovando. Além disso, há a legitimidade da atual gestão da Associação por parte da atual gestora do ICMBio na Resex estudada, observada nas discussões sobre o novo acordo de gestão de pesca nessa Unidade e na reunião que participamos sobre a produção de sugestões para atualização da legislação das atividades extrativista do caranguejo. Contudo, o discurso da não legitimidade é persistente, engloba vários “usuários” e instituições públicas, provavelmente pela diminuição das reuniões do CD, pois ainda pode se observar um período de transição entre a antiga e atual gestão do ICMBio, e pela dificuldade de atração das populações tradicionais locais que estão dispersas e retorno à normalidade das ações da Associação.

⁷Idealmente seria necessário que esses critérios também contivessem elementos a partir da observação da realidade local, o que não se dá nesse caso.

E essa disputa política em torno da Associação se desdobrou na atuação de alguns representantes dos polos dentro do CD. Nessas disputas os interesses pessoais também eram percebidos por vários conselhos, técnicos e populações tradicionais locais. Ser conselheiro, com a visibilidade que essa tarefa tinha, acabou sendo percebido, por atores interessados em disputar cargos eletivos e partidos políticos em busca de lideranças, de forma valorativa, mas não no sentido original da função de conselheiro, contribuindo para o desvio institucional e na finalidade da Associação e da representação dos Polos. Nesse sentido, essa relação entre conselheiros e agentes externos, quando se desdobra no desvio do objetivo do Conselho e da Reserva, apresenta-se enquanto desafio nas deliberações de demandas que atendam a objetivos mais coletivos e centrados nas premissas que instituem essa Unidade de Conservação.

2 CONSELHO DELIBERATIVO E AS RELAÇÕES ENTRE ATORES

A perspectiva de gerenciamento do território dessa Unidade é centrada no Conselho Deliberativo (CD), baseado na atuação de multiatores, podendo ser analisado a partir da perspectiva da Sociologia da Ação Pública (LASCOUNES; LE GALÈS, 2012) vinculada a uma nova perspectiva de olhar interdisciplinar sobre as políticas; maior participação de diferentes atores nas discussões; implementações e gerenciamentos junto com o Estado. Nesse sentido, há desnaturalização de uma perspectiva hegemônica da natureza como submetida a um direito humano natural, baseada na exploração pelo homem, indo em direção à construção de concepção focada na finitude do recurso e na importância da relação entre humanidade e natureza, ocorrendo descentralização de responsabilidades entre Estado e as coletividades territoriais, via processos de cogestão e participação, considerados inovações institucionais nesses contextos.

Jacobi (2003) ressalta a criação e contribuição de espaços deliberativos para o fortalecimento de gestões democráticas, integradas e compartilhadas em processos que envolvem multiatores. Evidencia-se o funcionamento desses espaços enquanto possibilidade de questionamento do processo decisório do Estado e das relações instituídas entre Estado e Sociedade Civil no campo das políticas públicas, tornando-se como desafio a transformação desses espaços em efetivamente públicos, tanto em seu formato, quanto nos resultados.

Gohn (2002, p. 11) ressalta que historicamente os conselhos “populares” são propostos por setores ligados à esquerda ou de oposição ao regime militar do período de 1964 a 1985. A autora analisa esses conselhos, a partir dos movimentos sociais, atuando com parcelas de poder junto ao Executivo, criando “uma espécie de poder popular paralelo às estruturas institucionais; ou como organismos de administração municipal, criados pelo governo para incorporar o movimento popular aos processos, no sentido de que sejam assumidas tarefas de aconselhamento, de deliberação e/ou execução”.

Para Lascoumes & Le Galès (2012) esses instrumentos evidenciam seu caráter institucionalizador, pois são determinantes (e não deterministas) em relação aos comportamentos dos atores, suas incertezas, interesses, relações de força, trazendo consigo representações acerca dos problemas advindos do jogo entre atores participantes. Para os autores, os limites na forma de atuação, dos recursos disponíveis e estratégias a serem utilizadas pelos atores sociais e políticos vinculam-se diretamente à escolha do instrumento, que incidirá na capacidade de ação dos atores dentro das instâncias decisórias, no caso da Resex Caeté-Taperaçu: o CD.

Os mais variados atores representantes de diversas instituições, seja o Estado, ONGs, partidos políticos, as lideranças comunitárias, entre outros, produzem discursos eivados de interesses e que podem ser apropriados pelas populações locais. É produzida a importância dos instrumentos (Unidade de Conservação, Assuremacata, o CD) no sentido de normatização e regulação do uso desses ecossistemas/territórios e se constrói a perspectiva dos instrumentos

enquanto garantidores dos recursos naturais necessários para o seu modo de vida e a continuação de sua reprodução.

A análise do CD da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, a partir da perspectiva de instrumento de participação e poder é o tema compreendido por Silva Junior (2013), centrando sua análise na contribuição desse instrumento para a mudança nas relações de poder entre atores técnicos e a população tradicional. De acordo com o autor, o CD da Resex Marinha Caeté-Taperaçu se caracteriza enquanto espaço ao debate e proposições, possibilitando a participação das populações tradicionais em processos decisórios e na democratização das relações entre diferentes atores do Estado, sociedade local e comunidades de usuários dos recursos naturais, permeadas por assimetrias, conflitos políticos, sociais e ambientais, disputas entre vários conselheiros e divergências entre as instituições participantes.

O CD da Resex Caeté-Taperaçu é criado via Portaria de número 17, de 24/09/2007, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Dentro dos instrumentos que são inerentes à Resex, o objetivo do CD, numa perspectiva do Estado, é “contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação”. O Conselho se estrutura a partir da premissa do compartilhamento da deliberação e de poder e participação dos mais diversos grupos, instituições e atores, não se focando somente na representação estatal, mas em uma gestão compartilhada.

A perspectiva de gerenciamento da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu possibilita a produção de deliberações e demandas entre diferentes atores de variadas perspectivas. Traz a possibilidade de inserção de saberes teóricos e experiências, vinculadas aos seus modos de vida e formação, que devem ser evidenciadas nesses processos para compreensão de consensos, dissensos, acordos e desacordos no âmbito das Unidades de Conservação em relação ao território. Este se constitui, dessa forma, um território da participação, pautado em múltiplas perspectivas que se friccionam e promovem sua dinamização, do ponto de vista de seu gerenciamento e da criação de regras de uso desses recursos naturais. Contudo, hegemonicamente, o território da Resex Caeté-Taperaçu é vislumbrado a partir do léxico e perspectiva do Estado, via a utilização do arcabouço jurídico-legal que institucionaliza o instrumento Resex nos discursos produzidos por esses atores, principalmente vinculados a instituições públicas, mas também incorporados por algumas lideranças comunitárias.

A concretização do compartilhamento da gestão e da caracterização da ação pública na UC estudada se dá efetivamente com a vinda do ICMBio e da criação do CD, respectivamente em 2007 e 2008. Nesse momento começa-se a romper com a lógica da gestão centrada na Assuremacata, o que repercute em tensionamentos entre os atores colocados. Por outro lado, internamente na Associação afloram interesses distintos, em parte pela pressão feita pelo poder local (principalmente partidos e lideranças políticas locais) entre grupos diferentes começam a se materializar, provocando tensionamentos no território abarcado pela Unidade de Conservação e fragilização do papel institucional dessa Associação.

Apesar da divisão interna na Associação em grupos vinculados a lideranças políticas e partidos políticos que levam à disputas de poder e à fragmentar sua atuação, há centralidade de informações na Associação, o que se desdobra na desmobilização das comunidades e em disputas entre o representantes dos Polos e lideranças das comunidades. Nas discussões sobre a questão do defeso do caranguejo, alguns conselheiros percebiam essa centralidade de informação em algumas pessoas e pequenos grupos vinculados à Assuremacata, indicando a existência de interesses pessoais, de comunidades específicas e interesses de comerciantes, patrões e atravessadores, evidenciando disputas e conflitos internos e fragmentação em diversos grupos de interesse no âmbito da Associação.

A partir dessa centralidade nas informações, uma das estratégias adotadas por determinados representantes de polo ou comunidade dentro do Conselho era a desarticulação de reuniões marcadas em comunidades pelo CD. De acordo com um conselheiro representante de polo, “quando o ICMBio marcava uma reunião dentro de um polo existiam pessoas dentro da Associação que iam desarticulando as reuniões que tinham o objetivo de socializar as informações do conselho”. Esse discurso evidencia o distanciamento entre a participação nas reuniões do Conselho e o distanciamento dos conselheiros em relação às populações tradicionais locais.

A dificuldade de socialização das decisões do CD também afeta os representantes de instituições públicas. Porém, a partir de contextos diferentes que se desdobram nessa dificuldade. “A gente comenta com um mais próximo ou se demanda alguma situação aí você chega no coordenador e diz que ta acontecendo isso, que vai precisar disso, ou se precisar tomar alguma decisão, mas no dia a dia fica mais com a pessoa”, afirma uma conselheira representante de instituição pública estadual. Ou seja, a socialização acontece junto as chefias de forma pontual e não contínua. A procura pela chefia ocorre mais em casos de demandas que fujam da responsabilidade institucional do servidor público.

Para alguns atores, essa flexibilidade na inserção de demandas nos debates realizados não necessariamente garante que essas deliberações democraticamente aceitas sejam levadas em conta nas definições posteriores, pois há o não cumprimento das decisões do conselho e diferenças entre o decidido e o implementado. Uma das conselheiras (MT, entrevistada em 2016), representante de polo, coloca que uma das demandas nacionais da Conferência de Reserva em Áreas de Marinha (CONFRE), vinculada à assistência técnica (ATER) dessas Unidades de Conservação, em sua forma final se diferencia da forma como os debates se deram no Conselho Deliberativo. Uma das explicações possíveis para esse fenômeno é levantada pelo segundo presidente da Assuremacata, acerca das decisões tomadas sobre o defeso do caranguejo. Trata-se da existência de diferentes níveis de decisão para as demandas apresentadas. Há nível de decisão no âmbito do CD, cuja demanda aprovada em uma determinada reunião é encaminhada para a análise de outras instituições públicas, que além de responsáveis pela fiscalização e cumprimento da legislação vigente, há também interesses políticos, econômicos e estratégicos.

Nas entrevistas realizadas é citada a participação limitada de algumas dessas instituições que compõem o CD, ocorrendo muitas ausências de algumas ou outras que nunca participaram de nenhuma reunião deliberativa e na tese de Silva Junior (2013) é indicado o dado de que 19 das 23 instituições com direito à participação frequentaram as reuniões do Conselho no período de 2010 a 2012. Esse instrumento possibilita a participação de diferentes atores, incluindo as populações tradicionais locais e a Associação, numa arena permeada por relações de poder, pontos destacados por Silva Junior (2013) em sua análise sobre o CD enquanto espaço de participação e poder na Resex Caeté-Taperaçu.

Um desses desafios se refere ao posicionamento dos atores participantes do CD. A partir da forma como o gestor da Resex, vinculado ao ICMBio, os diferentes atores se posicionam, enquanto possibilidade de participar, demandar e decidir democraticamente, fato corroborado por grande parte dos atores entrevistados, o que não descarta também imposições e decisões diferentes das tomadas no Conselho (OLIVEIRA, 2018).

É ressaltada a atuação da Associação, além de sua representação em torno dos interesses das populações tradicionais locais, enquanto instituição com poder de comunicação junto às comunidades das decisões tomadas do ponto de vista gerencial e das políticas públicas implementadas na Unidade. Contudo, a partir das questões já levantadas acerca dos conflitos internos e da influência do poder local sobre a Associação ocorrem problemas legais com a instituição, no que tange sua representação e representatividade diante das populações tradicionais locais e demais atores envolvidos nos processos da Resex. Muitos entrevistados

evidenciam, sejam atores representantes de instituições públicas e dos polos, a personalização da Associação em determinado representante, com finalidades que desviam dos objetivos da Instituição, geralmente utilizando o espaço do CD com fins eleitorais eivados por interesses pessoais e de grupos externos ao conselho e à Associação.

3 DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS SABERES E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PLANO DE MANEJO DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU

O PM, conceituado no SNUC (2000), é o documento onde estão definidos os fundamentos e objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelecendo as formas de planejamento, administração e gestão. Assim como, as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluso também a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade. Deve-se preceituar a permanência e o uso dos recursos naturais por essas populações tradicionais, baseadas na sustentabilidade da biodiversidade local.

Dentro do PM (ABDALA et al., 2012) há o pressuposto de garantir o território das comunidades, a partir das especificidades dos seus modos de vida, valorizando o saber tradicional das populações, cuja relação com o meio natural não se resume ao caráter econômico, ou de simples fonte de autoconsumo. Silva Junior (2013, p.43) ressalta, a partir de entrevista realizada com um agente técnico do ICMBIo, que desde a criação da Resex Caeté-Taperaçu, foram injetados pela União cerca de R\$ 40 milhões de reais na economia do município, com o insumo de créditos, construção de casas, distribuição de canoas e eletrodomésticos, abarcando cerca de cinco mil famílias. O PM, enquanto instrumento de gestão, tem sua gênese percebida a partir dos diferentes interesses e direitos encapsulados nas regras instituídas, via sua organização em multiatores. E esses diferentes interesses e direitos postos nesses processos de ação pública pressupõem a existência de relações de poder entre os atores envolvidos.

São nesses espaços participativos que se dá a coprodução do PM da Resex Caeté-Taperaçu. Em um primeiro momento, esses processos são representados pela maioria dos atores entrevistados, conselheiros ou não, enquanto processo participativo coproduzido por diferentes atores representantes de instituições públicas federais, estaduais e municipais, políticos, pescadores artesanais, colaboradores e outros. Contudo, com limites na participação de determinados atores. O período de realização desse processo é entre 2009 a 2012, cuja aprovação ocorreu no final de 2012, com sua portaria sendo publicada em 12/12/2013, com o Nº 265.

O Plano de Manejo aparece nos discursos dos técnicos, principalmente, como instrumento de gestão previsto na legislação que regula a Unidade de Conservação, sendo legitimador, em uma perspectiva do Estado, dessa Reserva Extrativista. Os discursos o apresentam como regramento sobre os usos, tendo como premissa uma forma mais adaptativa desse uso. A formação de parte significativa dos técnicos em áreas de conhecimento vinculadas às ciências biológicas e naturais, certamente, contribui para essa perspectiva. Assim, há instituída nessas perspectivas o componente do conhecimento científico, seus referenciais teóricos e conceitos, embasando os pontos de vista utilizados na perspectiva em torno do plano.

Ainda nessa concepção dos representantes do Estado, esses atores trazem em seus discursos perspectiva de futuro em relação à Resex e ao PM e de regras institucionalizadas do uso desses territórios. O Plano carrega em si a possibilidade de reflexão em torno do futuro desejável para a Unidade. Há aproximações e intercâmbio entre diferentes atores, modos de vida e pontos de vista sobre a questão ambiental no contexto englobado pela Resex Caeté-Taperaçu.

Outra questão que flerta, em tese, mais diretamente com as populações tradicionais locais que dependem dos recursos presentes no território da Resex Caeté-Taperaçu, é a

contextualização local realizada e representada pelos atores participantes. Essa contextualização abarca a diversidade ecológica, a diversidade humana, relações e dinâmicas econômicas, as dinâmicas locais de uso dos recursos naturais, principalmente no que tange às populações tradicionais locais, e algumas observações das contradições desse uso.

Esse instrumento deve conter medidas com a finalidade de promoção da relação entre o instrumento e vida econômica e social das comunidades abarcadas e na vizinhança da Unidade. Assim, em vista da forma racionalizada com que esse instrumento é pensado, nossa indagação é: quais os desafios para a inclusão dos saberes e práticas socioambientais das comunidades tradicionais dentro e no entorno da Resex marinha Caeté-Taperaçu?

O SNUC (2000) em diversas passagens se refere e norteia pressupostos em relação a inserção e forma como os saberes não-científicos, no nosso caso específico, tradicionais, devem ser observados e operados pelos agentes do Estado no sentido de inclusão nos instrumentos preceituados para o gerenciamento das Unidades de Conservação, principalmente no que concerne a uma Reserva Extrativista. Por exemplo, o décimo terceiro objetivo contido no SNUC (2000) relaciona a proteção dos recursos naturais à valorização do saber, cultura e reprodução das populações tradicionais. Especificamente à Reserva extrativista, em sua conceituação, se evidencia uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais com objetivos de proteção desses meios de vida e cultura, assegurando o uso sustentável desses recursos naturais dentro de determinada unidade.

Quando o SNUC (2000) coloca enquanto premissa no artigo n. 32, acerca de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre fauna, flora e ecologia nas Unidades em uma articulação entre “órgãos executores”, com os cientistas, elegem a concepção de “formas de uso sustentável dos recursos naturais”, a partir da “valorização” do saber das populações tradicionais; esse tópico tem essa preocupação de interpretar as perspectivas da coprodução do PM em relação aos saberes acionados nos debates das oficinas realizadas nas comunidades e do CD, no sentido de evidenciar como esses conhecimentos se relacionam e os mecanismos por detrás das estratégias, acordos e conflitos existentes nesse processo.

Nesse sentido, o próprio PM da Resex Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu explicita a pequena inclusão de conhecimento (saber) tradicional no documento final. Abdala et al., (2012, p. 01) reconhecem que “na atual fase há pouco conhecimento tradicional agregado neste diagnóstico e os textos, em geral, são voltados a juntar e organizar o conhecimento técnico-científico e institucional existentes sobre as áreas”.

Assim, o PM tende a centrar-se em aspectos técnicos que dificultam a compreensão dos atores locais e a inclusão de seus saberes e práticas. A questão do PM se apresentar somente em um formato escrito, que é muito científico e centrado numa educação formal, dificulta e afasta as populações tradicionais locais por terem sua expressão calcada na oralidade via experiência e não na formalidade preceituada na gênese do instrumento. Um dos atores técnicos (JC, entrevistado em 23.02.2016) ressalta o esforço dos envolvidos nesse processo empregando técnicas como o mapa falado nas oficinas, buscando tornar os debates e o processo palatável para as comunidades e populações locais. Mesmo assim, há dificuldade pelos conselheiros representantes das populações tradicionais locais em compreender a linguagem técnica utilizada para a coprodução do PM.

Nesse sentido, ele tem referência legal-institucional, pela forma de apresentação, e busca levantar demandas locais em formato de informações via oficinas realizadas. É o caminho instituído como forma de estabelecimento de diálogos entre esses saberes. O ator (FR, entrevistado em 08.05.2015) evidencia o reconhecimento dos atores participantes em relação aos discursos produzidos a partir de diferentes perspectivas, fricções entre diferentes concepções de interpretação do mundo e do meio ambiente, especificamente. Nesse sentido, a coprodução do PM institui o diálogo entre os atores e seus saberes, com a presença do Estado, dos pescadores, de políticos e outros representantes da sociedade civil nesse processo.

Os atores participantes reconhecem a possibilidade de diálogo, de articulação, de existência de outras possibilidades de pensar o território e de existência de diferentes posicionamentos acerca dos assuntos pautados; os atores percebem essas possibilidades no processo de coprodução em si, no momento do debate intermediado pela empresa contratada. Obviamente que essa possibilidade de participação e deliberações coexiste com limites, restrições, dominação simbólica, assimetrias e relações verticais.

Essa relação entre diversos saberes é um dos aspectos onde mais se sobressalta estratégias vinculadas aos movimentos dentro do CD. Estratégias observadas nas relações instituídas entre os atores participantes, no que concerne o acionamento de diferentes saberes, técnicos/científicos e tradicionais, nas discussões sobre os temas demandados e colocados nas reuniões. Como exemplo, alguns atores ressaltam que, para a construção da contextualização local e participação das comunidades, utilizou-se, nas oficinas acerca do PM, a estratégia de aproximação entre a linguagem mais técnica da empresa responsável pela produção do Plano e a linguagem mais tradicional reproduzida pelas comunidades locais.

Uma das possibilidades em relação à desarticulação, tensionamentos e discordâncias entre atores participantes de Ações Públicas, citadas por Câmara (2013), é a relação entre diferentes e diversos saberes, principalmente entre técnicos/científicos e tradicionais, que implicam nas relações entre atores. Assim, dentro da Resex Marinha Caeté-Taperaçu há a possibilidade de diálogos entre saberes e reconhecimento do conhecimento tradicional dos tiradores de caranguejo acerca do período de defeso. Ressalta-se que é citado um processo biológico do caranguejo tanto sua denominação científica (ecdise) e em sua denominação tradicional dos pescadores artesanais da região (troca de carapaça). Porém, as justificativas utilizadas a seguir no texto são de caráter científico, buscando traduzir o discurso tradicional e legitimá-lo a partir de pesquisas científicas.

Três atores representantes das comunidades tradicionais levantam tensões e conflitos que ocorreram entre os saberes colocados. PT (entrevistado em 31.05.2016) afirma que existiam resistências em relação a não inclusão ou referência em relação as luas, marés, período das chuvas, o ciclo de caranguejo e demais observações importantes para os tiradores de caranguejo em sua atividade extrativista, e na construção social e apropriação dos territórios, em relação ao momento de delimitação dos períodos de reprodução do caranguejo, denominado localmente como “andada”. Esse ator resalta que “um dia veio uma portaria decretada pelo Ibama que não levou em consideração o que a gente discutia. Eles não aceitaram, o que prejudica o coletor aqui que fica parado”. Outro experiente tirador de caranguejo da comunidade do Acarajó, representante no CD e participante da coprodução do PM, também evidencia o mesmo fato do ator anterior: resistências em detrimento da inclusão ou de levar em consideração o conhecimento produzido pelas comunidades tradicionais locais, o que implicava em conflitos.

Com menor espaço em relação ao saber local, se visualiza no documento final tentativas de integrar os saberes científicos com os tradicionais. As vozes, discursos e saberes das populações tradicionais, em grande parte, estão ausentes no PM ou são traduzidas para uma perspectiva técnico-científica, a partir do uso de pesquisas dessa natureza realizadas junto às comunidades. A linguagem e perspectiva de mundo utilizada na compilação dessas informações é basicamente científica e técnica, com presença de conceitos e referências teóricas específicas das áreas das Ciências Biológicas, Naturais e da Terra.

Por mais que haja essa predominância de referências legais e teóricas vinculados ao Estado e ao conhecimento científico, não significa que não exista possibilidade de atuação de atores com outras referências de conhecimento tradicional e empírico participando da coprodução do PM. Os saberes tradicionais locais são transformados em informação para subsidiar a construção do documento final e o planejamento do gerenciamento do território da Resex. Essa diferenciação opera enquanto uma diferença que hegemoniza o saber científico, dando pesos assimétricos aos saberes colocados em disputa. E esses conflitos se materializavam

em confrontos no campo dos saberes, com a acusação dos atores locais sobre a marginalização de seus saberes e práticas; marginalização num sentido de verticalização valorativa.

De acordo com Létourneau (2014), há possibilidades de existência de problemas, tensões e conflitos de comunicação entre os atores participantes devido a tendência ao não compartilhamento de linguagens e a não compreensão da multiplicidade entre os níveis de intervenção. Nesse sentido, o autor evidencia a importância dos saberes contextualizados e práticos ligados ao conhecimento empírico que contrastam com o prestígio dos saberes especializados, evidenciando nas relações entre experts e saberes comuns possibilidades de compreensão das situações, não somente enquanto espaço de confrontação e colaboração, mas também ocasião da estratégia de tradução mútua dos saberes, de preferência com maior consciência dos limites disciplinares por todos os atores.

Há verticalização no uso dos saberes inseridos no documento. Há uma valorização da produção científica, de conceitos, análises, metodologias, coleta de dados a partir de um referencial científico/técnico. Contudo, o fato de uma tendência há verticalização e hegemonia de um conhecimento sobre o outro não exclui a participação dos atores e a incorporação e reconhecimento de seus saberes tradicionais na legislação. O movimento que se dá é de tradução para uma linguagem técnica e apropriação no léxico científico utilizado pelo Estado. Por exemplo, acerca do período da “andada” conhecido entre os tiradores de caranguejo, a Portaria Ibama 034/2003 traduz enquanto período reprodutivo dos caranguejos, onde machos e fêmeas saem de suas galerias para acasalamento e liberação de larvas. Esse processo onde os caranguejos estão “andando” no manguezal ocorre nos períodos de lua nova e cheia, durante os meses de dezembro a abril (ABDALA *et al.*, 2012, p. 68).

Outra questão central na relação entre saberes, e que influencia na inclusão dos saberes tradicionais, é levantada por um dos representantes de Instituições Públicas, no caso a Universidade, é a distância entre a lógica de assembleia, de direito a voto, instituída no âmbito do CD e na coprodução do PM da Resex, com as práticas decisórias dos atores e comunidades tradicionais locais. Um dos atores técnicos entrevistados, e representante da Universidade, ressalta a falta de preparação e capacitação desses atores tradicionais locais em se apropriar desses instrumentos do Estado para demandar suas necessidades em políticas públicas, de certos benefícios, como seguro defeso, e como garantia de manutenção da Reserva. Não se trata de uma questão de incapacidade desses atores e sim de necessidade de formação para sua atuação nesses espaços e com esses instrumentos, que para a grande maioria são novidades.

Ainda acerca das metodologias aplicadas na coprodução do PM, havia a tentativa de possibilitar entre os atores a produção do discurso oral. Contudo, essa metodologia não era espontânea, ou não havia sido motivo de debate em relação a sua escolha. Uma das técnicas representantes do Estado diz que “foi uma metodologia que a gente foi jogando para que as pessoas falassem. É uma metodologia que ajuda a captar as coisas, mas ela não é espontânea”. Era uma metodologia colocada via Estado, e possivelmente escolhida a partir da característica do uso da linguagem oral em seu cotidiano pelas populações tradicionais locais abarcadas pela Reserva. Contudo, o espaço do CD é diferente das práticas e realidades nas comunidades. Ele pressupõe formação, preparo e domínio sobre signos que não são os dessas populações, e sim do Estado e do conhecimento científico. Assim, um dos atores, representante do Estado, afirma que “existiam dificuldades, mas a grande dificuldade é eles quererem falar: ‘será que isso é importante, ah isso não serve não, vou ficar calado’”.

Ressalta-se que esses problemas e dificuldades de comunicação entre atores também ocorrem no âmbito do Conselho, com o uso de diversas estratégias na perspectiva de solução das tensões criadas. Há dificuldades, postas no discurso seguinte, em estabelecer a relação entre os instrumentos e as discussões colocadas com o contexto local da Resex e dessa forma há estratégias vinculadas à tradução entre esses saberes e a maior aproximação de conselheiros

com perfil mais técnico com as comunidades locais, com o intuito de diminuir possíveis problemas nas decisões deliberadas dentro do Conselho.

Outros atores participantes no CD também colocam essa estratégia de tradução entre saberes como forma encontrada de facilitar o entendimento e o diálogo entre os atores. Percebe-se que a dificuldade é sempre observada entre os atores representantes das populações tradicionais locais da Resex, possivelmente pela tendência do predomínio de uma linguagem técnica e científica nessas discussões, e da escrita materializada nos documentos (atas, relatórios) produzidos. Dessa forma, é representada nos discursos a dificuldade de alguns Conselheiros com o texto escrito, fato historicamente documentado e diretamente ligado à baixa escolarização formal entre os pescadores artesanais e que, nesse sentido, impõe o desafio de reforçar tentativas de outras formas que possibilitem maior participação desses atores ou que esses processos tenham maior sentido educativo, independentemente do tipo de conhecimento.

No sentido dessa dificuldade de compreensão dos temas debatidos durante a coprodução do PM da Resex, os atores do CD, juntamente com a empresa responsável por esse processo, institui a estratégia de tradução dos saberes colocados em discussão, para possibilitar o entendimento de conceitos, referências teóricas e metodologias operacionalizadas em pesquisas utilizadas. Soma-se a isso, a relação histórica com o Estado centralizador em relação as políticas públicas que não permitia maior manejo dessas populações em relação a esses instrumentos estatais de gerenciamento do território, portanto há dificuldades de compreensão e uso dos instrumentos, concepções e normatização jurídico-legal impostas pelo Estado. Um dos atores representantes (NC, entrevistado em 01.06.2016) das comunidades e que trabalhou parte significativa de sua vida como pescador, e também presidiu a Associação dos Usuários, afirma que “muitas vezes nós não fomos educados a discutir, nós pescadores, somos muito acomodados a concordar com tudo, que venha tudo par ter facilidade e não trabalho”. A estratégia de tradução era concretizada na leitura de trechos debatidos onde se percebia dificuldade de compreensão entre os atores.

Havia a tendência de não corresponder os objetivos e planejamento realizado com as demandas discutidas nos debates, pois centrou-se o debate em torno dos direitos ligados à habitação e os bens duráveis, o que é compreensível visto a dificuldade histórica na região de acessos dessas populações tradicionais à políticas públicas de habitação e fomento de suas atividades extrativistas. Porém, o debate ultrapassou os espaços institucionais delimitados no âmbito do CD e, de acordo com alguns atores entrevistados, criou dificuldades no andamento da coprodução do PM dessa Resex (OLIVEIRA, 2018).

Desse modo, se tentava traduzir os termos técnicos para a linguagem cotidiana e utilizada empiricamente em suas atividades por essas populações. Os atores argumentam que essa estratégia visava a participação e socialização entre os diferentes atores dos assuntos inerentes ao processo de coprodução. E os seus desdobramentos foram observados por alguns atores enquanto inserção de práticas e questões empíricas ligadas ao conhecimento tradicional local nas discussões e no documento final do Plano. Contudo, a partir das expectativas criadas por atores, principalmente alguns representantes das comunidades, o segundo presidente da Associação afirma que “muitas coisas foram colocadas, outras não. Até mesmo a interpretação, eles colocavam palavras que o caboclo não entendia, e colocavam palavras que deixava em aberto”. Com isso, possibilitava-se diversas interpretações acerca do PM e limitava-se a participação dos representantes das comunidades locais.

Dentro da coprodução do PM da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, ressurgem questões diretamente ligadas ao contexto local e importantes, ao nosso ver, enquanto norte de construção do instrumento. Há conflitos, entre comunidades próximas, Vila dos Pescadores e Vila do Bonifácio, que, na verdade, são sobre as formas diferentes de pesca acerca das escalas, tecnologias, mobilidade dos pescadores e técnicas. Nesse sentido, o PM é limitado pela delimitação do território, englobando somente grupos de pescadores que atuam nesse território.

Localmente, as formas de pesca com maior escala de produção ou considerada industrializada tem como característica maior mobilidade na atividade da coleta de peixes, uma mobilidade que ultrapassa as fronteiras do território da Resex, em alguns casos atuando em áreas de outros Estados da federação e até em outros países. O não regramento de alguns grupos, e que não abarca outros pescadores e empresas de pesca, propicia conflitos acerca do cumprimento das regras instituídas via instrumento.

Um dos atores entrevistados (PT, entrevistado em 31.05.2016) e conselheiro vinculado às populações tradicionais locais, coloca que na coprodução do PM existiam formas diferentes de como os pescadores artesanais e os empresários da pesca eram atingidos pelas regras construídas dentro do instrumento. Ele afirma que existia “muita pressão” em torno das práticas dos pescadores artesanais e que o Plano se desdobra diretamente em torno desse grupo específico, e que em relação ao empresariado da pesca de maior escala “eles não são muito atingidos, é graúdos e nós temos uma série de regras pra cumprir, fica prejudicado. Eles forma uma barreira e o peixe não passa”.

Em virtude da forma como é desenvolvida a pesca de maior escala citada por esse ator, que se caracteriza, enquanto método, como uma pesca de bloqueio (MORAES, 2007) nesse contexto específico, impedindo o deslocamento dos cardumes para os furos, igarapés e estuários dentro do território da Caeté-Taperaçu; e pela característica dos territórios e/ou pesqueiros apropriados por esse tipo de pesca (águas oceânicas, salgadas e de maior profundidade) em que grande parte desses territórios extrapolam a delimitação física da Reserva Extrativista, essa pesca de maior escala não é diretamente atingida pelo instrumento do PM, gerando conflitos no processo de coprodução.

Os conflitos entre comunidades que também repercutem nos debates realizados para a coprodução do Plano de Manejo são pelo acesso aos direitos à habitação e à garantia dos benefícios/fomentos entre as populações tradicionais locais, o que se configura enquanto desvios no objetivo específico desse instrumento. As disputas e conflitos entre comunidades se davam no sentido de garantir esses direitos, o que reflete a forma como se distribuiu a partir da indicação das pessoas, configurando patrimonialismo; o próprio cadastro das pessoas que continha equívocos entre critérios e perfil dos “beneficiários/usuários” e era manejado por interesses de grupos e indivíduos, não partindo de um princípio justo e igualitário e dos critérios postos. Dessa forma, um ator técnico evidencia que os debates sobre os benefícios foram realizados também reuniões da coprodução do PM, desviando o foco central relacionado, preceituado no SNUC (2000), ao gerenciamento do território da Unidade, sobre saberes e práticas locais.

Essas políticas públicas também propiciavam o acesso a tecnologias de pesca pautadas na legalidade de sua configuração. Algumas das tecnologias de pesca contempladas pelas políticas foram redes de pesca e a forma de apropriação dos territórios também entraram nas discussões da coprodução do PM e conflitos ocorrem. Em relação a rede de pesca, as discussões que geravam tensões eram sobre a configuração da malha a ser utilizada. A malha historicamente usada localmente, principalmente da década de 90 do século XX aquando a maior inserção da pesca dita tradicional na cadeia produtiva que se configura a partir do término da construção da PA-458 e das migrações populacionais de pescadores oriundos do Estado do Ceará, é considerada inadequada à luz da legislação utilizada no norteamento da coprodução do instrumento.

Nesse sentido, é proposto o aumento da malha e eliminação da configuração utilizada localmente. Os atores participantes (AA, entrevistado em 31.05.2016), principalmente representantes das populações tradicionais locais, observavam a ocorrência de “muita discussão em cima disso, teve muitos que concordaram e muitos discordaram”; outro ator (NC, entrevistado em 01.06.2016) afirma que “essa discussão começou desde o início, sobre qual material usar, quantas braças, quantos metros de rede”, mas nesses casos específicos, acordos

foram realizados a partir do reconhecimento desses mesmos atores acerca da degradação que o uso dessa malha provocava nos pesqueiros. Por fim, houve consenso em torno da malha, pelo menos no nível do CD. Mas esse fato evidencia o quanto a legislação que serviu de norte para as discussões das demandas e problemas a serem colocadas no PM, não espelham os interesses dessas populações e são descontextualizados da realidade a ser interpretada na coprodução desse instrumento de gerenciamento do território.

Sobre o método de pesca denominado “curral”⁸, as discussões tenderam a ser conflituosas e tensas em relação à quantidade de madeira necessária para a construção dessa tecnologia de pesca, o que é, proporcionalmente, direto ao tamanho repercutindo em menores currais ou na divisão entre pescadores de um curral e, conseqüentemente, de um pesqueiro ou território de pesca. Um dos atores das populações tradicionais representa esses debates enquanto “bate boca” entre os representantes dos pescadores, que utilizam esse método e os atores técnicos, especificamente do ICMBio. Os atores das populações tradicionais em sua prática e conhecimento da pesca local relacionam o tamanho de um curral com a quantidade de peixes a ser coletada. Assim, na experiência dos pescadores locais, quanto menor o curral menor a possibilidade de produção. O Estado propusera sessenta moirões, madeira que sustenta o curral, de acordo com Araújo e Pereira (2015), e os atores consideraram pouco pela escassez de peixe afirmada por eles. Então a discussão ficava entre sessenta, oitenta e cento e vinte moirões e ninguém aceitava a quantidade de madeira a ser usada na construção proposta pelo Estado.

Portanto, em algumas questões específicas se percebe a existência de acordos entre os mais diferentes atores no sentido de construir consensos em torno de determinadas regras a serem incluídas no PM. Porém, o maior desafio em relação a esse tema é a implementação dessas novas regras entre os pescadores locais.

Em conclusão, essas relações entre os saberes e práticas acionados na coprodução do PM da Unidade de Conservação aqui tratada podem ser vislumbradas enquanto desdobramentos dos conflitos de poder existentes localmente. Como já evidenciado, há diferentes campos de poder onde as disputas e conflitos se materializam: o poder entre os pescadores mesmo, da Associação, e pontuados por um discurso com elementos tradicionais; o discurso do ICMBio, que se vincula com a ideia de sustentabilidade e dos ambientalistas, de um modo geral que relaciona com o discurso pós-moderno; o discurso de uma oficialidade governamental, de Estado, que não obrigatoriamente é o do ICMBio, e sim da prefeitura, das Secretarias de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, ligado à modernidade. E, nesse sentido, se inserem fricções entre os grupos de poder ali presentes a uma legalidade escrita, e o caso das comunidades tradicionais que não se vinculam diretamente com essas perspectivas, excluídas de parte significativa dos “usuários”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu ocorre o processo de inserção de diferentes grupos (técnicos, populações locais, políticos, poder local) em torno das políticas públicas ambientais. Essa inserção produz diferentes perspectivas acerca do instrumento Unidade de Conservação, indo do seu objetivo institucional posto na legislação que o regula e outra vinculada aos desdobramentos dessa política pública nas populações locais.

A tentativa aqui não é de desqualificação do documento produzido, mas sim de problematizar o porquê da tendência a ausência desse entrelaçamento entre saberes de modo

⁸“O curral é uma armadilha fixa, em forma de cerca feita de varas de madeira, armadas em beiras de praias ou bancos de areia, no meio dos rios ou do mar, com aproximadamente 20 a 30 metros de extensão. Possui uma abertura por onde os peixes penetram durante a maré cheia e, com a baixa-mar, ficam aprisionados, quando então os pescadores procedem à despesca” (MORAES, 2007, p. 56).

mais claro e efetivo, como preceituado do ponto de vista jurídico-legal no SNUC. Porém não significa dizer que, durante todo o processo de coprodução desse Plano, não tenha havido tentativas nesse sentido, porém há grande assimetria no uso dos saberes aqui analisados para a construção da escrita do documento final.

Dessa forma, em um processo tão rico em aprendizados e em conquistas socioambientais ainda não conseguiu até hoje romper com a hegemonia de interesses outros vinculados à uma racionalidade que não é a ambiental. Racionalidade presente nas instituições públicas, sobretudo no nível do poder local, onde as ideias de sustentabilidade, de direitos sociais, normalmente, não encontram eco. Um dos fatores que explica esse fenômeno é o processo de fragilização do papel institucional da Associação dos Usuários, ocorrendo desvios em seus objetivos e a fragmentação em diferentes grupos de interesse, com vínculos partidários com diferentes partidos políticos, o que acarretou na não inclusão dos saberes e práticas socioambientais de forma efetiva na coprodução do Plano de Manejo.

Mas, não se pode deixar de reconhecer a capacidade de resistir, de inventar, de aprender, de segmentos sociais como as populações tradicionais, em parceria com outros segmentos de atores (ONG, Instituições de ensino e pesquisa, organismos do Estado), vem conseguindo se impor, enfrentar forças políticas e econômicas que as negam, via adoção das referências da conservação ambiental. Há diversidade nos interesses que os atores das populações tradicionais locais afirmam representar, principalmente no âmbito do CD, alguns se referem aos direitos das populações locais em relação à educação formal, saúde, juventude, renda, fomentos, habitação e bolsas em períodos de defeso.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará (UFPA), à PROPESP/UFPA, às instituições com representantes entrevistados, ao Campus Universitário de Bragança (UFPA), à Thaissa Santos e aos pescadores locais.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I e II - Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio. 2012.

ARAÚJO, Antônia Gabriela Pereira de; PEREIRA, Bruno Gonçalves. **Mar de Vaqueiros: conhecimentos tradicionais da pesca de curral e os direitos territoriais dos pescadores artesanais da praia de Bitupitá, Ceará**. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, jan./jun. 2015.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *In: Revista Opinião Pública*, vol. 14 no 1 junho, 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BOURDIEU, Pierre. Curso de 7 de fevereiro de 1991 *In: Sobre o Estado*. 1º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 46, jun. 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Aspectos sócio-culturais e político do uso da água.** Texto publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos - MMA, 2005.

DOMINGUES, Denis. **Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus* Linneaus, 1763) nos manguezais da reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçú, Bragança-PA.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental). UFPA, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores na política social urbana e participação popular.** Cadernos metrópoles, n. 7, pp9-31, 1º sem. 2002. Disponível em: <http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Participa%C3%A7%C3%A3o-Social-M-G-Gonh.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

IBGE. **Censo de Bragança.** 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2012.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2003.

LASCOUMES, Pierre e LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública.** Maceió: EDUFAL, 2012.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “Ambientalização” de conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006.

LÉTOURNEAU, Alain. O problema da expertise e as questões da governança ambiental. **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2014.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil:** Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Série Antropologia, n. 322, Ed. UNB, 2002.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. Sócio-economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira.** Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Sergio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca:** Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. **Trabalho e territorialidade no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança-Pará.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental). UFPA, 2013.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. **Plano de manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: coprodução de uma ação pública em um território em recomposição**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale e MANESCHY, Maria Cristina Alves. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 9, n. 1, jan-abr. 2014.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha; COUTERIER, Guy; BESERRA, Paulo. Biologia da polinização da palmeira tucumã (*Astrocaryum vulgare* mart.) em Belém, Pará, Brasil. **Acta Bot. Bras.** 17(3), 2003.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da. **Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). UFPA, Belém, 2013.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. MMA/SBF. 2000.

TEISSERENC, Pierre e TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, 2014.

TEISSERENC, Pierre Guillhem Marie-Joseph. Poder local e suas condições de renovação na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**. v. 19, n. 1, p. 47-70, jan-abril 2016.